

NICOLAU
MAQUIAVEL

O PRÍNCIPE



Principis

Esta é uma publicação Principis, selo exclusivo da Ciranda Cultural
© 2019 Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda.

Traduzido do original em italiano Produção editorial
Il principe Ciranda Cultural

Texto Diagramação
Nicolau Maquiavel BR75 | Laura Arbex

Tradução Design de capa
BR75 | Marcelo Diogo Ciranda Cultural

Revisão
BR75 | Clarisse Cintra e Elisabeth
Araújo

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

M297p Maquiavel, Nicolau

O príncipe / Nicolau Maquiavel ; traduzido por Marcelo Diogo. - 2. ed.
- Jandira, SP : Principis, 2021.
112 p. ; 15,5cm x 22,6cm. - (Clássicos da literatura mundial)

Tradução de: Il Principe
ISBN: 978-65-5552-550-2

1. Ciências políticas. 2. Nicolau Maquiavel. I. Diogo, Marcelo. II.
Título. III. Série.

2021-2235

CDD 320
CDU 32

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320
2. Ciência política 32

2ª edição em 2021

www.cirandacultural.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, arquivada em sistema de busca ou transmitida por qualquer meio, seja ele eletrônico, fotocópia, gravação ou outros, sem prévia autorização do detentor dos direitos, e não pode circular encadernada ou encapada de maneira distinta daquela em que foi publicada, ou sem que as mesmas condições sejam impostas aos compradores subsequentes.

Sumário

Dedicatória	5
Nicolau Maquiavel ao magnífico Lourenço de Médici	
Capítulo I	7
Dos tipos de principado e dos modos que são conquistados	
Capítulo II	8
Dos principados hereditários	
Capítulo III	10
Dos principados mistos	
Capítulo IV	19
Por qual razão o reino de Dario, que foi ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores de Alexandre, quando este morreu	
Capítulo V	23
De que modo devem-se administrar as cidades ou os principados que, antes de serem ocupados, viviam sob leis próprias	
Capítulo VI	25
Dos principados novos, conquistados com armas próprias e de maneira virtuosa	
Capítulo VII	29
Dos principados novos, conquistados por armas alheias e pela sorte	
Capítulo VIII	37
Daqueles que se tornaram príncipes por meio de graves delitos	
Capítulo IX	42
Do principado civil	
Capítulo X	46
De que modo as forças de quaisquer principados devem ser medidas	
Capítulo XI	49
Dos principados eclesiásticos	
Capítulo XII	52
Quais são as espécies de exército e de soldados mercenários	

Capítulo XIII	58
Dos exércitos auxiliares, mistos e próprios	
Capítulo XIV	63
Daquilo que compete ao príncipe, em relação ao exército	
Capítulo XV	66
Das coisas pelas quais os homens, especialmente os príncipes, são louvados ou insultados	
Capítulo XVI	68
Da liberalidade e da moderação	
Capítulo XVII	71
Da crueldade e da piedade; e se é melhor ser amado do que ser temido, ou ser temido do que ser amado	
Capítulo XVIII	75
De que modo a palavra dos príncipes deve ser observada	
Capítulo XIX	78
De que modo se pode escapar de ser desprezado e odiado	
Capítulo XX	88
Se as fortalezas e diversos outros expedientes utilizados pelos príncipes cotidianamente são úteis ou inúteis	
Capítulo XXI	93
Como convém a um príncipe agir para ser estimado	
Capítulo XXII	97
Daqueles que o príncipe tem como secretários	
Capítulo XXIII	99
De que modo evitar os adutores	
Capítulo XXIV	102
Por quais razões os príncipes italianos perderam os seus Estados	
Capítulo XXV	104
Quanto a sorte pode influenciar os assuntos humanos e de que modo resistir a ela	
Capítulo XXVI	108
Exortação à retomada da Itália livre dos bárbaros	



Dedicatória

Nicolau Maquiavel ao
magnífico Lourenço de Médici

Aqueles que desejam cair nas graças de um príncipe costumam, o mais das vezes, oferecer-lhe os bens pelos quais têm mais estima, ou que imaginam que lhe darão maior prazer; daí que muitas vezes ele seja apresentado com cavalos, armas, trajes de ouro, pedras preciosas e ornatos de igual valor, dignos da sua grandeza. Desejando, também eu, apresentar-me diante de Vossa Magnificência com um testemunho da minha vassalagem, não pude encontrar em meu tesouro algo mais valioso e estimado do que o conhecimento a respeito das ações dos grandes homens, adquirido ao longo de vasta experiência das coisas modernas e de continuado estudo das coisas antigas; tendo, com grande diligência, investigado e examinado essas ações, resumi-as em um pequeno volume, que remeto agora a Vossa Magnificência.

Apesar de saber ser esta obra indigna da Vossa presença, tenho certeza de que benevolentemente a aceitará, ao levar em conta que eu não lhe poderia oferecer presente melhor do que a possibilidade de, em brevíssimo tempo, aprender tudo aquilo que eu, no decurso de muitos anos, por meio de muitos esforços e perigos, aprendi. Não enfeitei nem aumentei este livro com frases longas ou palavras difíceis ou extravagantes, ou ainda com qualquer outro artifício ou ornamento desnecessário com os quais muitos costumam enfeitar os seus escritos; e fiz isso porque quis que nada mais o tornasse meritório e benquistado senão a amplitude da matéria e a gravidade do assunto. Conto que não será considerado presunçoso o fato de um homem de classe inferior ousar discorrer e ditar regras sobre o governo dos príncipes; porque assim como os pintores de paisagem colocam-se no plano, para observar a natureza dos montes e dos lugares altos, e no alto dos montes, para enxergar melhor a natureza dos lugares baixos, do mesmo modo, para conhecer bem a natureza de um povo é preciso ser príncipe, e para conhecer bem a natureza de um príncipe é preciso pertencer ao povo.

Deste modo, receba Vossa Magnificência este pequeno presente com o mesmo espírito com que eu o envio; trata-se de obra que, sendo recebida e lida com atenção, revelará o meu mais profundo desejo – o de que Vossa Magnificência alcance a grandeza que o seu destino e as suas outras qualidades lhe auguram. E se Vossa Magnificência, do ápice da sua grandeza, alguma vez volver os olhos para estes lugares baixos, verá como tenho injustamente sofrido grandes e contínuos golpes de má sorte.



Capítulo I

Dos tipos de principado e dos modos que são conquistados

Todos os Estados – todos os domínios que tiveram e têm império sobre os homens – foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, caso em que o sangue de um senhor reina ao longo do tempo, ou novos. Os principados novos, por sua vez, ou são completamente novos, como foi a Milão de Francesco Sforza, ou são como membros anexados ao Estado hereditário de um príncipe que os conquista, como o reino de Nápoles em relação ao rei da Espanha. Esses domínios assim conquistados estão habituados a viver sob o mando de um príncipe ou acostumados a ser livres; e são conquistados por armas alheias ou próprias, por sorte ou por mérito.

prive dele; e, uma vez privado dele, ao primeiro passo em falso do usurpador, o reconquistará.

Temos, na Itália, como exemplo, o duque de Ferrara, que não resistiu ao assalto dos venezianos, em 1484, nem ao do papa Júlio, em 1510, em razão de pertencer à estirpe antiga naquele domínio. Porque um príncipe hereditário tem menos razões e menos necessidade de ofender, sendo por isso mais amado; e se vícios incomuns não o tornam odiado, é normal que seja naturalmente querido pelos seus. Assim, na antiguidade e na continuidade do domínio perdem-se a lembrança e a motivação para a mudança: porque uma mudança sempre abre caminho para outras mudanças.



Capítulo II

Dos principados hereditários

Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque em outra ocasião já discuti sobre elas em profundidade. Tratarei apenas dos principados, desenvolvendo o tema descrito acima, e discutirei como esses principados podem ser governados e mantidos.

Assim sendo, digo que nos Estados hereditários e dependentes do sangue do seu príncipe a dificuldade para mantê-los é bastante menor do que nos Estados novos: basta não interromper a ordem natural de sucessão e lidar de forma hábil com os acontecimentos imprevistos; de modo que, se um príncipe for dotado de inteligência apenas mediana, conseguirá se manter no poder, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o



Capítulo III

Dos principados mistos

É no principado novo, porém, que reside a dificuldade. Em primeiro lugar, se ele não é inteiramente novo, e sim um membro anexado, podendo-se chamar ao novo conjunto um Estado misto, as mudanças nascem, antes de tudo, de uma dificuldade natural, presente em todos os principados novos: os homens trocam de senhor com prazer, porque acreditam que assim melhorarão de situação, e essa crença os faz pegar em armas contra o antigo senhor; nisso, porém, eles se enganam, e mais tarde veem, por experiência própria, que a sua situação piorou. Tal fato resulta de uma necessidade natural e comum, que é a de o novo príncipe sempre ter de subjugar os novos súditos, seja por meio de armas ou de infinitas outras formas de ofensa, que vêm na esteira de uma nova conquista; deste modo, ele ganha a inimizade de todos

aqueles que ofendeu, ao ocupar o principado, e perde a amizade daqueles que o levaram até ali, por não poder saciar todas as suas ambições, nem usar contra eles medidas extremas, uma vez que lhes deve gratidão; porque sempre, por mais forte que seja o exército de um príncipe, é necessária a colaboração dos provincianos para invadir uma província. Por essa razão Luís XII, rei da França, perdeu Milão tão rapidamente quanto a ganhou; para que ela fosse retomada, bastaram as forças de Ludovico, porque foi o próprio povo, ao descobrir ter sido enganado quanto às suas expectativas e esperanças, e não suportando os desmandos do novo príncipe, que abriu as portas da cidade.

É bem verdade que, conquistadas uma segunda vez, é mais difícil que as províncias rebeldes sejam perdidas; porque o senhor, por ocasião de uma rebelião, é menos tolerante, ao impor o seu poder, punindo os delinquentes, identificando os suspeitos e protegendo os pontos em que se acha mais vulnerável. Assim, se para tomar Milão da França bastou, na primeira vez, um duque Ludovico a criar agitações nas fronteiras, na segunda vez, foi preciso que todo o mundo se unisse contra o rei da França, subjugando ou expulsando da Itália o seu exército, pelas razões já descritas. Não obstante, uma e outra vez, ele perdeu. As razões gerais para a primeira vez já foram examinadas; resta, agora, analisar as da segunda e o que poderia ter sido feito, por ele ou por qualquer um que estivesse em situação como a sua, para solidificar uma conquista de modo melhor do que o feito pela França. Esclareço, quanto a isso, que esses Estados que, conquistados, são anexados a um Estado mais antigo, podem ser da mesma região e utilizar a mesma língua ou não. Quando são, é muito mais fácil mantê-los, ainda mais quando não estão acostumados a uma existência independente; para dominá-los com segurança, basta extinguir a linhagem do príncipe que os dominava, porque, de resto, mantendo-se as suas condições antigas e não havendo grandes

diferenças de costume, os homens viverão em paz, tal como se viu acontecer na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, que há tanto tempo passaram a pertencer à França; e, apesar de haver alguma diferença de língua, os costumes são semelhantes e podem facilmente coexistir. Aqueles que queiram conquistar lugares assim e mantê-los sob o seu domínio deverão respeitar duas regras: a primeira é extinguir a linhagem do príncipe anterior; e a segunda é não alterar as leis, nem os tributos; deste modo, em brevíssimo tempo o principado conquistado formará um único corpo com o principado conquistador.

No entanto, quando se conquistam Estados em regiões de língua, costumes e leis diferentes, surgem dificuldades; é preciso, então, muita sorte e habilidade para mantê-los; e uma das melhores medidas, e mais eficazes, é que aqueles que as conquistaram passem a nelas habitar. Isso tornaria mais seguro e longo o seu domínio, tal como aconteceu com o sultão da Turquia, na Grécia; mesmo com todas as outras medidas que ele tomou para assegurar o seu domínio sobre aquele Estado, se não tivesse ido lá viver, era possível que não o mantivesse. Isso acontece porque, estando ali, o príncipe vê nascerem as desordens e pode rapidamente controlá-las; não estando, fica sabendo delas quando já se expandiram e não há mais remédio. Além disso, com a sua presença, a província não é espoliada pelos oficiais, e os súditos têm a satisfação de poder recorrer ao próprio príncipe; têm, assim, mais razões para amá-lo, quando se comportam, e para temê-lo, quando não se comportam. Aqueles de fora que quisessem atacar a cidade passariam a respeitá-la mais; assim, habitando um Estado, dificilmente o príncipe o perderá.

Outra boa medida é estabelecer colônias em um ou dois pontos estratégicos daquele Estado; porque é necessário ou fazer isso, ou manter ali uma grande guarnição armada. Não se gasta muito com colônias; com pouco ou nenhum gasto é possível enviá-las

e estabelecê-las; e elas somente perturbam àqueles cujas casas e campos são tomados, mas que são uma parte mínima daquele Estado; esses a quem elas perturbam, permanecendo dispersos e pobres, não podem fazer mal algum; e todos os demais permanecem, por um lado, sem ter do que se queixar, devendo por isso se manter em paz, e, por outro lado, com medo de incorrer em erro que os leve a ser espoliados como os outros. Concluo afirmando que essas colônias não são dispendiosas, demonstram muita fidelidade e pouca perturbação; e aqueles a quem perturbam ficam pobres e dispersos, não oferecendo perigo algum, conforme mencionado. De tudo o que foi dito, note-se que os homens devem ser agradados ou destruídos, porque se podem vingar-se das ofensas leves, não o podem das graves; portanto, a ofensa que se faz a um homem deve ser de modo que não se tema a vingança. Quando se tem guarnições militares, no lugar das colônias, os gastos são muito maiores e acabam sendo consumidas, nas armas, todas as receitas daquele Estado; deste modo, a conquista torna-se uma perda, e lesa muito mais, porque prejudica todo o Estado, com as mudanças de alojamento do exército; essa situação incomoda a cada um e transforma todos em inimigos; e inimigos que podem causar danos mesmo derrotados, nas próprias casas. Por todos os motivos, a ocupação total com essas guarnições é tão inútil quanto as colônias são úteis.

Quem domine uma província dessemelhante, como foi dito, deve fazer-se chefe e defensor dos vizinhos menos poderosos e esforçar-se para enfraquecer os mais poderosos, evitando que por algum acaso ponha os pés ali um estrangeiro tão poderoso quanto ele. O motivo é que esse sempre intervirá, estimulado por aqueles que estejam descontentes, seja por excesso de ambição ou por medo, tal como aconteceu com os etólios, que trouxeram os romanos para a Grécia; e em todas as províncias onde estes entraram, foram acolhidos pelos provincianos. A ordem das coisas é que, quando um

estrangeiro poderoso entra em uma província, todos os que são menos poderosos nessa província unam-se a ele, movidos pela inveja que têm daqueles que exercem poder sobre eles; de modo que o estrangeiro não terá trabalho para ganhar os favores dos menos poderosos, porque eles fecham em bloco com o Estado conquistador. É preciso apenas tomar cuidado para que eles não ganhem demasiada força e autoridade; assim poderão, facilmente, com a sua força e ajuda, abater aqueles que têm poder, para permanecer como juiz absoluto de toda a província. Quem não estiver atento a esse aspecto perderá rapidamente o que tiver conquistado; e, enquanto o tiver, enfrentará infinitas dificuldades e infinitos incômodos.

Os romanos, nas províncias que conquistaram, cuidaram bem disso; estabeleceram colônias, agradaram os menos poderosos, sem lhes aumentar o poder, abateram os mais poderosos e não permitiram que crescesse a reputação dos poderosos estrangeiros. Para mim, basta o exemplo da província da Grécia. Ali, eles associaram-se aos aqueus e aos etólios; subjugaram o reino da Macedônia; perseguiram Antíoco; porém nunca os méritos dos aqueus ou dos etólios fizeram com que os romanos permitissem que eles expandissem os seus domínios; nem os argumentos de Felipe os induziram a aceitá-lo como amigo e a não subjugar-lo; nem o poder de Antíoco pôde fazer com que consentissem que tivesse naquela província algum domínio. Porque os romanos fizeram, nesse caso, aquilo que todos os príncipes sábios devem fazer: não apenas tiveram sob sua mira as agitações presentes, mas também as futuras; porque, ao preveni-las, facilmente se pode remediá-las; contudo, deixando que sigam seu curso, não há remédio que resolva, porque a doença se tornou incurável. Acontece o mesmo que os médicos dizem acontecer com a tísica: no princípio, o seu mal é fácil de curar e difícil de reconhecer; com o tempo, não sendo nem conhecido nem medicado, torna-se fácil de reconhecer e difícil de curar. Assim

acontece com os assuntos de Estado: identificados desde cedo – o que não é possível senão por homens prudentes –, os males que ali se engendram são rapidamente resolvidos; mas quando, por não terem sido identificados, crescem de maneira que qualquer um os reconhece, então não há mais remédio.

Sem embargo, os romanos, antevendo as perturbações, puderam sempre remediá-las; e jamais permitiram que elas crescessem, na tentativa de evitar uma guerra; porque sabiam que uma guerra não se evita, apenas se adia, e deste modo entrega-se a vantagem ao outro lado; por isso preferiram combater tanto Felipe quanto Antíoco na Grécia, para não ter de enfrentá-los mais tarde na Itália; poderiam, na ocasião, ter evitado o embate tanto com um quanto com o outro; eles é que não quiseram. Do mesmo modo, jamais deram ouvidos ao conselho que está na boca de todos os sábios do nosso tempo, qual seja, de deixar o tempo resolver as coisas; porque o tempo leva adiante todas as coisas, e pode fazer o bem suceder ao mal, assim como o mal suceder ao bem.

Voltemos à França e examinamos se, de tudo o que ficou aqui dito, ela fez algo; falarei de Luís, e não de Carlos, porque tendo tido o primeiro por mais tempo possessões na Itália, melhor podem-se observar as suas ações; e se verá como ele fez o contrário do que deve ser feito para manter-se no domínio de um Estado dessemelhante ao seu.

O rei Luís foi levado à Itália pela ambição dos venezianos, que queriam tomar para si metade do Estado da Lombardia, com a sua vinda. Não quero censurar a posição tomada pelo rei; porque, querendo colocar um pé na Itália e não encontrando amigos ali – ao contrário, achando fechadas todas as portas, devido às atitudes do rei Carlos –, foi forçado a aceitar as amizades que se ofereciam; e teria se saído bem, caso não tivesse se equivocado em outras manobras. Uma vez conquistada a Lombardia, o rei rapidamente recuperou a reputação perdida por Carlos: Gênova cedeu;

os florentinos tornaram-se seus amigos, o marquês de Mântua, o duque de Ferrara, os Bentivogli, a senhora de Furlì, os senhores de Faenza, de Pesaro, de Rimini, de Camerino, de Piombino, o povo de Lucca, de Pisa e de Siena, todos foram ao seu encontro, oferecendo-lhe a amizade. Apenas então os venezianos perceberam quão temerária havia sido a ação posta em curso por eles: para ganhar duas cidades na Lombardia, fizeram com que o rei se tornasse senhor de dois terços da Itália.

Considere-se, agora, com que facilidade o rei, se tivesse observado as regras já expostas, poderia ter conservado a sua reputação na Itália e mantido seguros e sob sua defesa todos os seus aliados, os quais, por serem muitos, fracos e constantemente ameaçados – fosse pela Igreja, fosse pelos venezianos –, precisavam sempre estar junto a ele; e, por meio deles, poderia facilmente fazer frente aos que continuavam poderosos. Ele, entretanto, assim que chegou a Milão, fez o contrário e deu ajuda ao papa Alexandre, para que este ocupasse a Romanha. Não lhe ocorreu que com essa ação enfraquecia a si mesmo, perdendo aliados e protegidos, e fortalecia a Igreja, acrescentando ao seu poder espiritual, que lhe dá tanta autoridade, o temporal. Dado o primeiro mau passo, foi obrigado a seguir por aquele caminho; ao ponto de, para dar fim à ambição de Alexandre e para que ele não se tornasse senhor da Toscana, foi forçado a vir à Itália. Não lhe bastou ter fortalecido a Igreja e perdido os aliados: como desejasse o reino de Nápoles, o dividiu com o rei da Espanha; de modo que, se antes era o juiz supremo da Itália, introduziu ele mesmo, ali, um igual, a quem os ambiciosos daquela província e descontentes com o seu governo pudessem recorrer; e se poderia, antes, ter deixado ali um rei seu vassalo, ele o expulsou, a fim de deixar um que poderia vir a expulsar ele próprio.

O desejo de conquista, é bom que se diga, é coisa muito natural e comum; e sempre que o manifestem aqueles que podem, serão

louvados, ou não censurados; porém quando não podem e mesmo assim insistem em levá-lo adiante, estão errados e merecem censura. Se a França pudesse, com forças próprias, conquistar o reino de Nápoles, deveria fazê-lo; se não pudesse, não deveria tê-lo dividido. E se no caso da divisão da Lombardia com os venezianos havia a justificativa a de ter uma porta de entrada na Itália, quanto à divisão de Nápoles a crítica é merecida, por não haver justificativa alguma.

O rei Luís cometeu, portanto, cinco erros: enfraqueceu os pouco poderosos, fortaleceu alguém que já era poderoso na Itália, introduziu ali um estrangeiro ainda mais poderoso, não residiu em seus domínios e nele não estabeleceu colônias. Esses erros poderiam não ter prejudicado o rei, enquanto ele ainda era vivo, caso ele não houvesse cometido um sexto, o de invadir o estado veneziano: porque se ele não tivesse aumentado o poder da Igreja e aberto o caminho para a Espanha na Itália, seria compreensível e até necessário subjugar os venezianos; porém, realizadas essas ações, não deveria jamais ter colaborado para a ruína dos venezianos: porque sendo eles poderosos, teriam sempre reprimido nos demais a cobiça pela Lombardia, seja porque não consentissem que ela fosse conquistada por outros que não eles próprios, seja porque os demais não quereriam tirá-la da França para entregá-la a eles, e ninguém tivesse ânimo de enfrentar as duas, França e Veneza. Se alguém dissesse: o rei Luís cedeu a Romanha a Alexandre e o reino de Nápoles à Espanha para evitar uma guerra, eu contestaria com o argumento há pouco exposto, qual seja, o de que jamais se deve deixar que uma agitação se propague, para evitar uma guerra, porque a guerra não pode ser evitada, apenas adiada, para sua desvantagem. E se alguém evocar, ainda, a palavra que o rei havia dado ao papa – de levar aquela empresa a cabo por causa dele, em troca da anulação do seu casamento e da concessão de um cardinalato a Rouen –, eu responderei com aquilo que, mais adiante, comentarei a respeito da palavra dos príncipes e de como

se deve tomá-la. O rei Luís perdeu a Lombardia, portanto, por não ter observado nenhuma das regras observadas por outros que conquistaram províncias e esforçaram-se para preservá-las. Não há nisso milagre algum, e sim algo bastante simples e lógico. Conversei sobre esse assunto com o cardeal de Rouen, em Nantes, quando Valentino – como era chamado popularmente César Bórgia, filho do papa Alexandre – ocupava a Romanha; tendo o cardeal me dito que os italianos não entendiam de guerra, respondi que os franceses não entendiam de Estado; porque, se entendessem, não deixariam que a Igreja adquirisse tamanho poder. E, por experiência, já se viu que o poderio da Igreja e da Espanha, na Itália, foi causado pela França, e a ruína desta foi causada por aquelas. Daí se extrai uma regra geral, que nunca ou raras vezes falha: que aquele que torna o outro poderoso acaba por arruinar-se, porque para tanto valeu-se de estratégia ou de força, e essas duas qualidades tornam-se suspeitas, aos olhos daquele que se tornou poderoso.



Capítulo IV

Por qual razão o reino de Dario, que foi ocupado por Alexandre, não se rebelou contra os sucessores de Alexandre, quando este morreu

Consideradas as dificuldades da manutenção de um Estado recém-ocupado, poderia alguém admirar-se de ter Alexandre, o Grande tornado-se senhor da Ásia em poucos anos, morrendo em seguida; diante disso, pareceria razoável que toda aquela região se rebelasse; no entanto, os sucessores de Alexandre conseguiram preservá-la para si, e não enfrentaram, para tanto, outras dificuldades além das que deles mesmo, motivadas pela ambição, surgiram. Minha resposta para isso é que os principados de que se tem memória foram governados de duas formas distintas: por um príncipe, sendo todos os demais súditos, os quais, por graça e mercê sua, o ajudam a governar o reino, na qualidade de ministros; ou por um príncipe e por barões, os quais, não por graça do príncipe, mas pela antiguidade do seu sangue, possuem seus

títulos. Esses barões têm Estados e súditos próprios, os quais os reconhecem como senhores e têm por eles uma natural afeição. Nos Estados governados por um príncipe e por súditos, o príncipe possui maior autoridade: em toda a sua província não há homem que se reconheça como superior, senão ele; e se os súditos obedecem a outra pessoa, é a um ministro ou oficial, pelo qual não nutrem particular estima.

Exemplos dessas duas formas de governo são, em nosso tempo, o sultão da Turquia e o rei da França. Toda a monarquia turca é governada por um senhor, do qual todos os demais são súditos; e dividindo o seu reino em diversos *sandjak*, o sultão envia para cada um deles administradores, os quais ele transfere e substitui de acordo com o seu arbítrio. Já o rei da França ocupa o centro de um conjunto de antigos senhores, em cujos domínios são reconhecidos e estimados pelos próprios súditos; esses senhores têm suas prerrogativas, que o rei não pode desrespeitar sem colocar a si próprio em perigo. Quem comparar esses dois estados chegará à conclusão de que o Estado turco é mais difícil de ser conquistado, mas que, uma vez conquistado, é mais fácil de ser mantido. Por outro lado, encontraria mais facilidade para ocupar o Estado francês, mas enorme dificuldade para mantê-lo. As razões para a dificuldade de ocupar os domínios do sultão são não poder aliar-se a príncipes daquele reino, nem poder contar com uma rebelião daqueles que rodeiam o soberano para lançar-se em ataque – razões que nascem do que foi dito anteriormente. Porque sendo todos servos e dependentes do soberano, dificilmente se corromperão; e, ainda que se corrompam, não trariam consigo o povo, pelos motivos já expostos. Por isso, aquele que pensa em conquistar o reino do sultão deve saber de antemão que o encontrará unido; e deve contar mais com as forças próprias do que com a desordem alheia. Sem embargo, uma vez que se o vença e que se dizimem as suas tropas, de modo que ele não possa reorganizar o seu exército,

a única preocupação que resta é com a sua linhagem; extinta esta, não há mais nada a temer, não havendo ali outros com prestígio junto ao povo: e o vencedor, assim como antes da vitória nada esperava do povo, depois da vitória nada tem a temer em relação ao povo.

O contrário acontece nos reinos governados como o da França, porque é possível invadi-los com facilidade, conquistando o apoio de alguns barões do reino – porque sempre haverá aqueles que estejam descontentes e que busquem novidades. Estes, pelas razões mencionadas, podem abrir as portas do reino e facilitar a sua conquista; depois disso, no entanto, sobrevirão infinitas dificuldades para a sua manutenção, tanto da parte daqueles que colaboraram para a conquista quanto daqueles que foram derrotados. Não basta extinguir a linhagem do príncipe, porque ainda estarão vivos os demais senhores do reino, que liderarão novas frentes de resistência; e não sendo possível nem os satisfazer, nem os eliminar, perde-se aquele Estado à primeira ocasião.

Ora, ao examinar-se a natureza do governo de Dario, descobre-se que era similar ao do sultão; por isso foi preciso que Alexandre, em primeiro lugar, derrotasse e dizimasse o seu exército; depois da vitória e morto Dario, Alexandre assenhoreou-se do seu Estado com segurança, pelas razões já apresentadas. E se os seus sucessores se houvessem unido, teriam governado em paz, uma vez que não surgiram naquele reino outras dissensões senão as criadas por eles mesmos. Já Estados constituídos como a França são impossíveis de subjugar com tamanha tranquilidade. Daí as muitas rebeliões na Espanha, na França e na Grécia contra os romanos, por conta dos diversos principados que havia naqueles Estados; enquanto sobreviveu a lembrança deles, os romanos tiveram o seu domínio ameaçado; no entanto, uma vez extinta a lembrança desses principados, consolidaram o seu domínio sobre

eles, valendo-se da força e do poder do império. Mais tarde, quando combateram entre si, os romanos puderam inclusive contar com o apoio de partes daquelas províncias, em razão da autoridade que haviam estabelecido dentro delas; porque essas províncias, depois de extinta a linhagem dos seus antigos senhores, não reconheciam outra autoridade que não a dos romanos. Assim, tomados em conjunto todos esses aspectos, ninguém há de se espantar com a facilidade com que Alexandre conseguiu manter o seu domínio na Ásia e com a dificuldade com que outros, como Pirro e muitos mais, se depa- raram para conservar o que haviam conquistado. Tal não se deve à muita ou pouca virtude dos conquistadores, mas às diferenças de constituição dos conquistados.



Capítulo V

De que modo devem-se administrar
as cidades ou os principados que,
antes de serem ocupados,
viviam sob leis próprias

Quando os Estados conquistados, conforme observado, estão habituados a viver sob leis próprias e em liberdade, há três modos de mantê-los: o primeiro é arruiná-los; o segundo é neles residir; o terceiro é deixá-los viver sob as próprias leis, porém obrigando-os ao pagamento de tributos, e estabelecendo no seu interior um governo formado por poucos e fiéis súditos. Esse governo, tendo sido criado pelo príncipe, sabe que não se sustenta sem a sua amizade e o seu poder e fará de tudo para mantê-lo. Para manter o domínio sobre uma cidade acostumada a viver em liberdade, o modo mais fácil é valer-se dos seus próprios cidadãos.

Exemplos disso são os espartanos e os romanos. Os espartanos dominaram Atenas e Tebas estabelecendo, nessas cidades, um governo de poucos; ainda que, ao fim, tenham acabado por perdê-las.

Os romanos, para dominar Cápua, Cartago e Numância, arrasaram essas cidades – e não as perderam. Quiseram manter seu domínio sobre a Grécia praticamente do mesmo modo que os espartanos haviam feito, permitindo que gozasse de liberdade e leis próprias, mas não tiveram sucesso, e foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província, para poder mantê-la. Isso porque, na verdade, não há meio certo para manter o domínio sobre esse tipo de cidade, senão destruindo-a. Aquele que se tornar senhor de uma cidade acostumada à liberdade e não a destruir em pouco tempo será destruído por ela; porque sempre se fazem rebeliões em nome da liberdade e dos antigos costumes, que jamais são esquecidos, a despeito dos anos decorridos e dos benefícios recebidos. Por maiores que sejam as ações e as precauções tomadas, se não forem criadas divisões e separações entre os habitantes da cidade, eles jamais esquecerão a antiga liberdade e os antigos costumes, e à primeira oportunidade os evocarão; tal como fez Pisa, depois de cem anos de sujeição aos florentinos. No entanto, quando uma cidade ou uma província está habituada a viver sob o mando de um príncipe e a linhagem desse príncipe é extinta, estando ela, por um lado, acostumada a obedecer, e, por outro, não contando mais com o antigo príncipe, é incapaz de produzir, no seu interior, um novo príncipe, e tampouco sabe viver em liberdade; deste modo, demora para pegar em armas, e com facilidade outro príncipe pode conquistá-la e estabelecer seu domínio sobre ela. Já nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais sede de vingança; a memória da antiga liberdade não as deixa, nem deixa que elas se aquietem; de tal modo que o modo mais seguro para dominá-las é arrasá-las ou habitá-las.



Capítulo VI

Dos principados novos, conquistados com armas próprias e de maneira virtuosa

Que ninguém se espante caso, ao tratar de principados para os quais determinado príncipe e tipo de Estado constituem novidade, eu recorra a exemplos extensos; porque, como os homens percorrem sempre caminhos abertos por outros homens, e as suas ações são muitas vezes imitações, ainda que não seja possível seguir inteiramente o caminho de alguém, nem igualar-se em virtude àquele que se imita, um homem prudente deve sempre seguir por caminhos abertos por grandes homens e imitar aqueles que mais se destacaram, de modo que, mesmo que não atinjam o seu grau de virtude, aproximem-se dele; e façam como os arqueiros prudentes, que percebendo estar o alvo demasiado distante e conhecendo o alcance do próprio arco, miram um ponto muito acima do alvo, não com o objetivo de atingi-lo, mas para conseguir,

mirando em um ponto superior, atingir o alvo desejado. Digo, portanto, que nos principados inteiramente novos, onde se estabelece um novo príncipe, a dificuldade para mantê-los será maior ou menor, conforme for mais ou menos virtuoso aquele que os conquista. E como a transformação de um homem privado em príncipe pressupõe ou virtude ou sorte, parece que uma ou outra dessas qualidades diminuiria grandemente suas dificuldades; de todo modo, aquele que contou menos com a sorte preservou seu poder por mais tempo. Ademais, tudo será mais fácil se o príncipe, não possuindo outros Estados, instalar-se pessoalmente no novo domínio. No que diz respeito àqueles que por virtude, e não por sorte, tornaram-se príncipes, digo que os melhores foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros semelhantes a eles. E embora quanto às ações de Moisés não haja o que se questionar, tendo sido ele mero executor da vontade divina, ainda assim ele deve ser admirado, pela graça que o tornou digno de falar com Deus. Porém considerados Ciro e os outros, que conquistaram ou fundaram reinos, são todos admiráveis; e consideradas as suas ações e disposições específicas, elas não são discrepantes das de Moisés, que teve tão grande preceptor. Examinadas suas ações e suas vidas, percebe-se que a sorte apenas lhes propiciou uma ocasião, que por sua vez lhes forneceu matéria que puderam trabalhar da maneira que melhor lhes pareceu; sem a ocasião, a virtude que traziam consigo teria sido desperdiçada, e sem a virtude, a ocasião teria passado em vão. Era, portanto, necessário que Moisés encontrasse o povo de Israel, no Egito, subjugado e oprimido pelos egípcios, para que este se dispusesse a segui-lo, a fim de livrar-se do cativo. Convinha que Rômulo não permanecesse em Alba, sendo exilado ao nascer, a fim de que tornasse rei de Roma e fundador daquela pátria. Urgia que Ciro encontrasse os persas descontentes com o império dos medas e os medas acomodados e dóceis, por causa do longo período de paz. Teseu não poderia demonstrar sua

virtude, se não tivesse encontrado os atenienses dispersos. Daí se conclui que a ocasião tornou esses homens afortunados, e que a imensa virtude deles permitiu-lhes aproveitar a ocasião; e assim suas pátrias enobreceram-se e regozijaram-se.

Aqueles que de maneira virtuosa, como esses, tornaram-se príncipes, conquistaram o principado com dificuldade, mas com facilidade o preservaram; e as dificuldades que tiveram para conquistar o principado nasceram, em parte, das novas disposições e dos novos costumes que foram forçados a introduzir, para fundar o seu Estado e a sua segurança. Deve-se considerar que não há coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa de lograr, nem mais perigosa de conduzir, do que tornar-se chefe e introduzir novas disposições – porque quem o faz tem como inimigos todos aqueles que se beneficiavam da antiga ordem e como tímidos defensores aqueles que esperam se beneficiar. A timidez destes últimos nasce, em parte, do temor dos seus adversários, que têm as leis do seu lado, em parte da falta de confiança dos homens, que não creem de verdade nas coisas novas, se não as veem passar por uma firme experiência. Disso decorre que, todas as vezes em que os inimigos têm oportunidade de atacar, atacam com entusiasmo, enquanto os aliados defendem com timidez; de modo que, na sua companhia, o príncipe encontra-se instável. Assim, para tratar com propriedade desse assunto, é necessário examinar se esses inovadores respondem apenas a si mesmos, ou se dependem de outros; ou seja, se para levar a cabo suas obras necessitam de favores, ou se lhes basta a força. No primeiro caso, acabam sempre mal e não chegam a lugar algum; porém, quando dependem apenas de si mesmos e lhes basta a própria força, raramente encontram-se em perigo. Daí o fato de que todos os profetas armados venceram, e os desarmados arruinaram-se. A razão para tanto, além das já mencionadas, é que a natureza de um povo é diversa: é fácil persuadi-lo de algo, mas é difícil mantê-lo persuadido disso. Por isso convém

fazer provisões para que, quando ele não estiver mais persuadido, seja persuadido pela força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem observadas por muito tempo, se estivessem desarmados; assim como, no nosso tempo, aconteceu com o frei Girolamo Savonarola, que viu a sua nova ordem ruir, quando a multidão começou a não acreditar em suas palavras, e ele não tinha como conservar aqueles que haviam acreditado nele, nem fazer com que os descrentes acreditassem. Todos esses homens enfrentam grandes obstáculos para prosseguir, e perigos em seus caminhos, e apenas por meio da virtude os superam; contudo, superadas essas dificuldades, começam a ser venerados, e tendo derrotado aqueles que tinham inveja das suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e felizes.

A esses grandes exemplos, quero acrescentar um menor, mas com alguma proporção com eles e que serve para todos os casos semelhantes; e esse é o de Ierone Siracusano. Este, antes homem comum, tornou-se príncipe de Siracusa; e não obteve, da sorte, nada mais que a ocasião: estando os siracusanos oprimidos, o elegeram capitão; e daí lhe vieram os méritos para ser feito príncipe. E ele foi de tal modo virtuoso, mesmo quando homem comum, que alguém que escreveu sobre ele afirmou: “Que nada lhe faltava para reinar, senão um reino”. Após extinguir o antigo exército, organizou um novo; se desfez das amizades antigas e criou novas; e como tivesse amizades e soldados próprios, pôde sobre essas fundações levantar as bases de todo o seu edifício, de modo que teve de despender grande esforço para conquistar, mas pouco para conservar.



Capítulo VII

Dos principados novos, conquistados por armas alheias e pela sorte

Aqueles que, apenas por um golpe de sorte, passam de homens comuns a príncipes, com pouco esforço chegam a tal posição, porém com muito esforço nela se mantêm; não encontram dificuldades no caminho, porque o saltam; as dificuldades começam quando já estão estabelecidos. Esses homens são aqueles a quem é concedido um Estado ou em troca de dinheiro, ou por graça de quem o concede – como aconteceu diversas vezes na Grécia, nas cidades da Jônia e do Helesponto, onde Dario fez príncipes para que zelassem por sua segurança e por sua glória; e como aconteceu com aqueles que de homens comuns tornaram-se imperadores, corrompendo o exército. Esses homens mantêm-se no poder unicamente por vontade e disposição de quem lhes concedeu esse poder, razões tão volúveis quanto instáveis, e não sabem, nem